

**FUNDAÇÃO INSTITUTO CAPIXABA DE PESQUISA EM
CONTABILIDADE, ECONOMIA E FINANÇAS – FUCAPE**

ANDERSON GEDEON BUZAR REIS

**O EFEITO DOS GASTOS PÚBLICOS SOCIAIS NO CRESCIMENTO
ECONÔMICO: uma análise comparativa entre os países membros da
CEPAL e OCDE**

**VITÓRIA
2016**

ANDERSON GEDEON BUZAR REIS

**O EFEITO DOS GASTOS PÚBLICOS SOCIAIS NO CRESCIMENTO
ECONÔMICO: uma análise comparativa entre os países membros da
CEPAL e OCDE**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Administração de Empresas, Fundação Instituto Capixaba de Pesquisas em Contabilidade, Economia e Finanças (FUCAPE), como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Administração, na área de Estratégia e Governança Pública e Privada.

Orientador: Prof. Dr. Newton Paulo Bueno.

**VITÓRIA
2016**

ANDERSON GEDEON BUZAR REIS

**O EFEITO DOS GASTOS PÚBLICOS SOCIAIS NO CRESCIMENTO
ECONÔMICO: uma análise comparativa entre os países membros da
CEPAL e OCDE**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Administração de Empresas, Fundação Instituto Capixaba de Pesquisa em Contabilidade, Economia e Finanças (FUCAPE), como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Administração de Empresas na área de Estratégia e Governança Pública e Privada.

Aprovado em 08 de dezembro de 2016.

COMISSÃO EXAMINADORA

Prof. Dr. NEWTON PAULO BUENO

Fundação Instituto de Pesquisas em Contabilidade, Economia e Finanças (FUCAPE)
Orientador

Prof. Dr. AZIZ XAVIER BEIRUTH

Fundação Instituto de Pesquisas em Contabilidade, Economia e Finanças (FUCAPE)
Membro da banca

Prof. Dr. FABIO YOSHIO SUGURI MOTOKI

Fundação Instituto de Pesquisas em Contabilidade, Economia e Finanças (FUCAPE)
Membro da banca

A Deus, detentor de todo
saber. Aos meus pais, minha
irmã, noiva e sua família.

AGRADECIMENTOS

A Deus, pela oportunidade de me conceder a vida.

Aos meus pais, Gedeon Silva Reis e Maria Christine Geressait Reis, pelo amor incondicional e por estarem sempre ao meu lado me incentivando a realizar meus sonhos. À minha irmã, Joyce e sua família pelo companheirismo e incentivo sem os quais seria impossível realizar este trabalho.

Ao professor Dr. Newton Paulo Bueno pela orientação dedicada, competente e acima de tudo por ter acreditado neste trabalho e em mim. Aos professores Dr. Danilo Soares Monte-Mor, Dr. Emerson Mainardes e Dr. Frederico Poley pela orientação e paciência comigo nesta minha jornada.

A todos os amigos do curso, pelas trocas de experiências, pela convivência educada e pelo carinho, em especial, Isaías, Luzimar, Samuel, Márcio, Fausto, Marco Torreão, Leopoldo e Luciana pela amizade. E aos amigos do IFMA, em especial, professor Fábio Lustosa, Sérgio Moura, Paulo Robson, Carlos Maciel, Lucilene Melo, Elizabeth e Hayllyson pelo incentivo.

Enfim, a todos os professores e colegas da FUCAPE Business School que direta ou indiretamente contribuíram para a elaboração deste trabalho. A todos sou muito grato.

"Tão-somente esforça-te e tem mui bom ânimo, para teres o cuidado de fazer conforme a toda a lei que meu servo Moisés te ordenou; dela não te desvies, nem para a direita nem para a esquerda, para que prudentemente te conduzas por onde quer que andares".

(Josué 1:7)

RESUMO

A literatura quando aborda o efeito dos gastos públicos sociais sobre o crescimento econômico dos países é bem controversa com relação ao efeito que esses gastos oferecem de retorno para a economia dos países. O objetivo deste estudo foi verificar se o investimento em gasto público social realizado pelo Estado impacta positivamente o crescimento da economia dos países e especificamente se a desigualdade de renda influencia o retorno positivo dos gastos sociais para o crescimento econômico. A amostra foi composta por 53 países, sendo 20 países pertencentes a CEPAL e 33 países pertencentes a OCDE no intervalo de anos de 2002 a 2014. A pesquisa aponta como resultados que em ambos os cenários o efeito dos investimentos em gastos públicos sociais sobre o crescimento do PIB é negativo, tanto no cenário levando em consideração apenas o efeito dos gastos públicos sociais sobre a economia, como no cenário levando em consideração ambientes com alta desigualdade de renda e baixa desigualdade de renda, o efeito dos investimentos em gastos públicos sociais sobre a economia continua sendo negativo. No entanto em ambientes com baixa desigualdade de renda o efeito se torna ligeiramente atenuado, mas mesmo assim ainda continua sendo negativo. Esses resultados sugerem que os países devem verificar a forma como as suas políticas sociais estão sendo direcionadas, pois o simples fato de investir em gasto público social não está gerando conforme apontam os resultados desta pesquisa crescimento do PIB. Tais resultados indicam que o investimento em gasto público social para gerar um crescimento do PIB deverá gerar produtividade.

Palavras-chave: Gasto público social. Crescimento do PIB. Desigualdade de renda.

ABSTRACT

The literature when addressing the effect of public social spending on the economic growth of countries is very controversial regarding the effects this spending offer as payback for the economy of the countries. The aim of this study was to verify if the investment on public social spending put forward by the State impacts positively on the growth of the economy of countries and specially if income inequality influences the positive payback of social spending for economic growth. The sample was composed of 53 countries, 20 of which are members of CEPAL and 33 are members of OECD between the years of 2002 and 2014. The research points out in its results that in both scenarios the effect of the investment of social public spending on GDP growth is negative, either on the scenario that takes in consideration just the effects of social public spending on the economy as on the scenario that takes in consideration environments with high and low income inequality, the effects of the investments on social public spending on the economy continues being negative. However, in environments of low income inequality, the effect is slightly attenuated, but even then it continues being negative. These results suggest that countries should verify how their social policies are being targeted, because the simple fact of investing in public social spending is not generating GDP growth as pointed out by the results of this research. These results indicate that the investment on social public spending to generate GDP growth should generate productivity.

Keywords: Social public spending. GDP growth. Income inequality.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

- CEPAL - Comissão Econômica para América Latina e Caribe
- EUA - Estados Unidos da América
- IPC - Índice de Percepção de Corrupção
- OCDE - Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico
- PIB - Produto Interno Bruto
- WDI - Indicadores de Desenvolvimento Mundial

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	10
2 REFERENCIAL TEÓRICO.....	15
2.1 GASTOS PÚBLICOS SOCIAIS E CRESCIMENTO ECONÔMICO	15
2.2 DESIGUALDADE DE RENDA E CRESCIMENTO ECONÔMICO	20
3 METODOLOGIA	25
3.1 MODELO	25
3.2 VARIÁVEIS DE INTERESSE.....	26
3.3 VARIÁVEIS DE CONTROLE	27
4 ANÁLISE DOS RESULTADOS	31
4.1 ESTATÍSTICA DESCRITIVA	31
4.2 RESULTADOS	35
4.2.1 Efeito dos gastos públicos sociais nos países da OCDE e CEPAL....	38
4.2.2 Efeito dos gastos públicos sociais em ambientes com alta e baixa desigualdade de renda nos países da OCDE e CEPAL	40
5 CONCLUSÃO	44
REFERÊNCIAS.....	47

Capítulo 1

1 INTRODUÇÃO

A literatura apresenta evidências de que políticas públicas sociais são catalizadoras do desenvolvimento econômico sustentável (SALIDO; BELLHOUSE, 2016; AHN; KIM, 2015; NOLAN, 2013; ESPING-ANDERSEN, 2002). Tal relação é construída na medida em que tais políticas propiciam proteção contra riscos sociais e contribuem para o financiamento de diferentes tipos de bens, serviços e investimentos públicos (KANGAS; PALME, 2005; CASTRO; AFONSO, 2009).

Para Kerstenetzky (2011) e Nolan (2013), os gastos públicos sociais podem exercer efeitos econômicos positivos, ao gerarem investimentos na capacidade produtiva, aumentando a produtividade da iniciativa privada, elevando o consumo e reduzindo a incerteza. Entretanto, existem outras evidências de que o aumento dos gastos sociais tem efeito negativo no crescimento econômico.

Midgley e Tang (2001) visualizam os gastos sociais como redutores da competitividade econômica, na medida em que elevam o custo total do setor produtivo do país. No mesmo sentido, Kwon, Mkandawire e Palme (2009) argumentam que programas de transferências de renda para pessoas menos favorecidas levam à diminuição da capacidade produtiva. Tal redução contribuiria com efeito negativo sobre o crescimento econômico (MIDGLEY; TANG, 2001).

Dessa forma, não está claro se os gastos públicos em educação, saúde, moradia, assistência social, previdência social e infraestrutura têm efeitos positivos ou negativos no crescimento econômico. O presente estudo possui como objetivo verificar se o investimento em gasto público social realizado pelo Estado impacta

positivamente o crescimento da economia e, especificamente, se tal efeito depende das características intrínsecas aos ambientes analisados, em particular a desigualdade de renda.

Uma das possíveis justificativas para a inconsistência entre os efeitos de políticas públicas sociais no crescimento econômico pode estar associada às características intrínsecas aos ambientes analisados. Para Soares, Ribas e Osório (2010), os programas sociais de países com alta desigualdade de renda como, por exemplo, México, Bolívia, Brasil, Peru, Argentina e Venezuela embora tenham contribuído para a diminuição da desigualdade de renda e a redução da extrema pobreza, não elevaram significativamente as taxas de crescimento econômico.

Marques Junior *et al.*, (2006); Cândido Junior (2001) e Ellery Junior e Gomes (2014), argumentam que a expansão e alocação ineficiente dos recursos públicos financiados por elevada carga tributária sobre a produção e, beneficiando somente a alguns grupos, reduz a produtividade do setor privado. Nesse caso, os efeitos das transferências de recursos, embora no curto prazo tenham aumentado o consumo, no médio e longo prazo não são sustentáveis, pois não geram integração social e são sustentadas por altos impostos, de forma a não permitir um crescimento sustentável (CÂNDIDO JUNIOR, 2001).

Já com relação a países como, por exemplo, Suécia, Noruega, Finlândia, Dinamarca e Coréia do Sul o investimento em políticas públicas sociais promoveram alocações de recursos mais eficientes. Segundo Kerstenetzky (2011) e Kangas e Palme (2005), transferências de rendas universais, políticas universais de apoio à família, educação infantil e creches públicas, cuidados na infância e para os idosos, sistemas homogêneos, formação de capital social e seguridade social universal

possuíram um efeito positivo na capacidade produtiva das pessoas, aumentando o crescimento econômico desses países.

Em particular, países como México, Bolívia, Brasil, Peru, Argentina, Venezuela, Costa Rica e Panamá possuem características comuns como, problemas estruturais de formação educacional, altos índices de violência e uma crescente insegurança, falta de empregos remunerados, elevado grau de desvios de recursos públicos, altos custos para as empresas e ainda possuem uma alta desigualdade de renda (CEPAL, 2014).

Países como Islândia, Austrália, Nova Zelândia, Noruega, Suécia, Dinamarca, Canadá, Suíça e Finlândia possuem características semelhantes como, altos gastos com educação, baixo desemprego, alta confiança nas instituições do país, baixa criminalidade, alta satisfação com os serviços de saúde e em particular baixa desigualdade de renda (OCDE, 2014).

Para que seja possível verificar se o investimento em gasto público social gera crescimento econômico, e especificamente se tal efeito depende das características do ambiente institucional, em particular a desigualdade de renda, utilizou-se de dados secundários referentes aos anos de 2002 a 2014 dos países membros da Comissão Econômica para a América Latina e Caribe (CEPAL) e dos países da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE).

A Comissão Econômica para a América Latina e Caribe (CEPAL) é uma das cinco comissões regionais das Nações Unidas e foi desenvolvida para contribuir com o crescimento econômico e social da América Latina e Caribe, coordenar as ações encaminhadas à sua promoção e estreitar as relações econômicas dos países entre si e com as outras nações do mundo (CEPAL, 2014). Já a Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) consiste em um fórum para

promover políticas que melhorem o bem-estar econômico e social das pessoas em todo o mundo e no qual os governos podem trabalhar em conjunto para compartilhar experiências e buscar soluções para problemas comuns (OCDE, 2014).

A escolha de países membros da CEPAL e da OCDE se deu pelo fato de os países que compõem as duas instituições internacionais possuírem características similares. De um lado temos os países que compõem a CEPAL caracterizados pela alta desigualdade de renda e de outro os países que compõem a OCDE caracterizados pela baixa desigualdade de renda (CEPAL, 2014; OCDE, 2014).

Para controlar os efeitos heterogêneos entre os países, foram utilizadas variáveis de controle que diferenciam os países e têm efeito no crescimento econômico como desemprego, segurança pública, índice de Gini, nível de escolaridade e dados referentes aos níveis de corrupção e a entraves burocráticos à abertura e continuidade de atividades empresariais. Tais informações foram obtidas junto ao Banco Mundial (*World Bank*), à Transparência Internacional (*Transparency International*) e ao *Doing Business*.

Este estudo visa encontrar evidências consistentes da relação despesas sociais do Estado e o resultado econômico em ambientes com diferentes características, seja em um direcionamento positivo ou negativo. Verificar se o problema em países com alta desigualdade de renda não está na política pública social, mas na forma como ela é orientada. O gasto público social não pode simplesmente diminuir a desigualdade, o investimento em políticas públicas sociais tem que ser feito de forma a gerar um aumento sustentável da produtividade econômica (SILVA; TRICHES, 2014; NOLAN, 2013; NELSON; STEPHENS, 2012; AHN, 2011; KERSTENETZKY, 2011; KWON; MKANDAWIRE; PALME, 2009).

Tal discussão colabora para o aumento do entendimento sobre a relação despesa pública social e crescimento econômico, evidenciando que a depender do tipo de investimento social que é realizado, as implicações sociais e o crescimento da economia podem diferir (AHN; KIM, 2015). Assim, compreender essa relação significa entender a estrutura dos gastos sociais e tomar decisões de despesas públicas para que o resultado seja promover o aumento da produtividade (ARAÚJO; MONTEIRO; MORAIS, 2014; MOREL; PALIER; PALME, 2012).

Na próxima seção será apresentada uma revisão da literatura sobre os gastos sociais e crescimento econômico e a relação desigualdade de renda e crescimento econômico. Em seguida, apresenta-se a metodologia, descrevendo os dados e variáveis utilizadas, a análise dos dados, conclusão, contribuições e recomendações.

Capítulo 2

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 GASTOS PÚBLICOS SOCIAIS E CRESCIMENTO ECONÔMICO

Gastos públicos sociais são investimentos nas áreas de educação, saúde, moradia, assistência social e previdência social que visam o progresso econômico-social dos cidadãos (KHAN; BASHAR, 2015). Essa linha de pensamento que tem os gastos sociais como pilares que podem sustentar o desenvolvimento econômico-social ganhou força a partir da perspectiva de melhora social e com os partidos políticos na representação dos interesses dos cidadãos (MIDGLEY; TANG, 2001).

Dessa forma, a literatura tem apresentado um aumento no número de pesquisas que investigam o efeito dos gastos sociais com o crescimento econômico, tendo de um lado a teoria do bem-estar social que defende os investimentos em gastos sociais e de outro a teoria do crescimento econômico que argumenta que a melhora da qualidade de vida das pessoas é determinada por investimentos em políticas que gerem o aumento da produtividade do país. Com isso, o efeito dos gastos sociais do governo impactando no desenvolvimento econômico dos países tem sido controverso (AHN; KIM, 2015; MAZUMDAR, 1996; MIDGLEY; TANG, 2001; KWON; MKANDAWIRE; PALME, 2009; PIACHAUD, 2013).

A teoria do bem-estar social de desenvolvimento se preocupa em realizar a integração entre a política econômico-social, afirmando que os gastos sociais são destinados para o crescimento econômico dos serviços sociais, dessa maneira, colaboram para aumentar o crescimento econômico, pois diferentemente de outras abordagens o desenvolvimento social trabalha com aspectos econômicos e sociais

como partes iguais no crescimento econômico (MIDGLEY; LIVERMORE, 1998; MIDGLEY; SHERRADEN, 2000).

A teoria do crescimento econômico sustenta que o crescimento econômico dos países é baseado na produtividade, que por sua vez, depende de investimentos em capital humano, capital físico, conhecimento tecnológico e recursos naturais (MANKIW, 2009; POPA, 2016). A teoria do crescimento econômico fornece sustentação teórica para o direcionamento dos gastos públicos para incrementar a produtividade total de uma economia, tais como, atrair o investimento de capital estrangeiro para o país e aumentar o capital físico, promover a educação e aumentar o capital humano, investir em pesquisa e desenvolvimento de novas tecnologias, promover o livre-comércio e realizar o controle do crescimento populacional das nações (MANKIW, 2009).

Na literatura internacional, muito tem se buscado sobre o efeito positivo dos gastos sociais no crescimento econômico, como Mercan e Sezer (2014) que, ao avaliarem o efeito dos gastos em educação sobre o crescimento econômico turco entre 1979 a 2012, encontraram um impacto positivo sobre o crescimento. Esse resultado corrobora com os estudos de Nelson e Stephens (2012); Esping-Andersen (2002), que argumentam que os investimentos em educação geram retornos positivos para o emprego, pois as pessoas ao serem qualificadas passam a ter mais acesso a empregos de maior produtividade, os quais geram mais desenvolvimento econômico.

Nikolai (2012) argumenta que a expansão dos investimentos sociais, especialmente destinados a políticas de emprego e maior participação das mulheres na economia, tem levado a um maior investimento de serviços nos países pertencentes a OCDE. Esse argumento vai ao encontro ao pensamento de

Kerstenetzky (2011) ao afirmar que o investimento social em educação infantil, com cobertura para todos e de qualidade tem contribuído para elevar o número de mulheres no mercado de trabalho. Weaver (2000) acrescenta defendendo que aqueles que recebem benefícios sociais devem ser apoiados pelo Estado para que se tornem auto dependentes, se apropriem de conhecimento e sejam investidos em programas de emprego.

A literatura também vem demonstrando que países com elevado capital social são mais desenvolvidos economicamente que países com baixo grau de capital social (MIDGLEY; TANG, 2001; PUTNAM; LEONARDI; NANETTI 1993; PUTNAM, 1995; MIDGLEY; LIVERMORE, 1998). O capital social se refere às relações sociais visando à integração de uma sociedade, de forma que, lugares de baixa renda com elevados índices de crimes e sem organização social possuem baixo crescimento econômico, assim fortalecendo as relações sociais, reduzindo a criminalidade e propiciando um ambiente para investimentos em atividades produtivas em lugares pobres, estimulam o desenvolvimento econômico desses lugares (PUTNAM, 1995; MIDGLEY; LIVERMORE, 1998).

Ranis, Stewart e Ramirez (2000) encontraram evidências empíricas sugerindo que a distribuição de renda possui efeito sobre o crescimento econômico, salientando que quanto mais equitativa a distribuição de renda mais elevada tende a ser a taxa de crescimento. Essas evidências corroboram os resultados encontrados por Dominicus, Florax e Groot (2008), que realizaram uma meta-análise de 22 estudos contendo 254 estimativas da relação entre desigualdade de renda e crescimento econômico, utilizando como medida o índice de Gini, obtendo como conclusão que existe um efeito negativo entre desigualdade de renda e crescimento econômico.

Neste sentido, as políticas sociais de transferências de renda têm contribuído para diminuir a desigualdade social e aumentar o consumo dos países em um primeiro momento (KERSTENETZKY, 2011). Os defensores da teoria do bem-estar-social acreditam que as políticas sociais têm se centrado demasiadamente nas transferências de renda, o que os próprios proponentes dessa teoria são críticos e propõem uma abordagem dos investimentos sociais mais destinados para geração de políticas econômicas que gerem produtividade (MIDGLEY, 1999).

Kwon (2005) ressalta que o desenvolvimento do bem-estar das pessoas visa à integração das políticas sociais com o desenvolvimento econômico, neste sentido, o autor argumenta que existem duas formas de desenvolvimento do bem-estar que buscam essa integração, a primeira baseada nas questões econômicas e políticas, sem colocar muita importância na essência de direito social e equidade denominada de seletiva e a segunda baseada na proteção social universal e produtividade denominada de inclusiva.

Outros estudos criticam os investimentos em gastos sociais alegando que tais despesas não geram impacto positivo e significativo sobre o desenvolvimento econômico. Bhagwati (1982) argumenta que os dispêndios sociais são geralmente resultados de políticas de grupos de interesse e por isso não agregam desenvolvimento. Neste sentido, Murray (1984) salientou que os programas de transferências de renda nos Estados Unidos geraram sérios desincentivos à produtividade da economia.

Hansson e Henrekson (1994) ao analisarem 14 indústrias de países pertencentes a OCDE durante o período de 1970-1987, encontraram conclusões que direcionam os gastos sociais do governo em percentual do PIB a possuírem um efeito negativo sobre os fatores de produção do setor não governamental. Esse

resultado colabora com o argumento de Midgley e Tang (2001) ao afirmarem que o Estado ao elevar os custos da atividade econômica para financiar os gastos públicos, reduz a produtividade econômica do setor privado.

Kwon, Mkandawire e Palme (2009) defendem que programas de transferências de renda em um nível micro desestimulam as pessoas menos favorecidas a produzir e, em nível macro, reduz a competitividade da economia. McDonald e Miller (2010), utilizando como base de dados números da economia dos EUA entre 1976-2006, concluíram que existe efeito negativo sobre a economia de investimentos em programas voltados ao bem-estar das pessoas.

Na literatura brasileira Bovo (2001) verificou o desequilíbrio financeiro que os gastos sociais provocam nos municípios, concluindo que devido ao processo de descentralização forçada das políticas públicas sociais, os estados e especialmente os municípios aumentaram suas despesas sociais a números superiores às do aumento das receitas, contribuindo para um desequilíbrio das contas públicas.

Sant'Anna (2006), Araújo, Monteiro e Moraes (2014) e Andrade, Teixeira e Fortunato (2014) verificaram o efeito dos gastos públicos sociais sobre o crescimento econômico, utilizando o PIB como referência de municípios de estados brasileiros. Para isto, utilizaram indicadores individualizados, agrupados e classificações de despesas públicas sociais por funções, constatando existir impacto positivo dos gastos sociais no crescimento econômico para algumas despesas.

Com base nesses argumentos é proposta a seguinte hipótese de pesquisa:

Hipótese 1: Gastos públicos sociais têm efeito positivo no crescimento econômico.

No âmbito geral, todos os estudos anteriores a favor ou contra os gastos públicos sociais na economia, de certa forma, baseiam suas teses na capacidade dos investimentos sociais em aumentar a produtividade ou não ao longo do tempo. Essa capacidade de aumento da produtividade econômica, por sua vez, está diretamente relacionada à possibilidade de aumentar a renda dos indivíduos.

2.2 DESIGUALDADE DE RENDA E CRESCIMENTO ECONÔMICO

Nas décadas de 40 e 50 pesquisas tinham como escopo os efeitos da industrialização no crescimento econômico, na década de 80, os estudos não acreditavam que a desigualdade fosse um dos atributos do desenvolvimento, entretanto, na década de 90 com o surgimento das novas teorias de crescimento e os estudos sobre economia política, a desigualdade se torna atributo essencial no processo de desenvolvimento, fazendo com que esse tema renovasse a sua importância (CRUZ; TEIXEIRA; MONTE-MOR, 2015).

A literatura internacional existente indica que a relação entre desigualdade de renda e crescimento econômico possui uma falta de consenso entre os estudos desenvolvidos nesta área. Existe uma dúvida que persiste em relação a esse tema, se a distribuição de renda pode impulsionar o desenvolvimento criando um círculo virtuoso de política econômico-social utilizada para reduzir a desigualdade, ou, se pelo contrário, o desenvolvimento aumenta a desigualdade gerando um círculo vicioso (AGHION; CAROLI; GARCIA-PENALOSA, 1999).

Estudos têm abordado que a desigualdade de renda é nociva para o desenvolvimento econômico. Em países mais desiguais, por exemplo, a sociedade demanda por uma política redistributiva de renda que pode ser utilizada para reduzir a desigualdade social financiada por uma maior carga tributária, gerando uma

redução no crescimento econômico (ALESINA; PEROTTI, 1996; PERSSON; TABELLINI, 1994).

Persson e Tabellini (1994) acreditam que o crescimento econômico é determinado pela acumulação de recursos, conhecimento humano e produtividade, e os impulsionadores para tais dependem de políticas fiscais. Em um país onde o conflito de renda é significativo, decisões políticas são influenciadas por fatores que impossibilitam ou dificultam o acúmulo de recursos e, portanto, geram uma redução no crescimento econômico.

Amarante (2014) e Perotti (1996) argumentam que a relação negativa de desigualdade e desenvolvimento econômico possui como fatores determinantes a instabilidade sócio-política, políticas fiscais equivocadas, mercado de capitais de créditos imperfeitos e a fertilidade.

Fawaz, Rahnama e Valcarel (2014) acreditam que a instabilidade sociopolítica pode ser gerada pela desigualdade de renda, gerando como implicação uma redução no crescimento econômico. Alesina e Perotti (1996) acrescentam que o conflito sociopolítico afeta o crescimento por diferentes razões como, por exemplo, incertezas na administração de governo, violência, criminalidade, guerras e improdutividade decorrente de desordem política e ameaças físicas aos trabalhadores, gerando uma redução no crescimento econômico do país.

Deininger e Olinto (2000) argumentam que o conflito redistributivo de renda em uma sociedade gera uma política fiscal e despesas públicas equivocadas, ocasionando problemas políticos que geram uma política de distribuição de renda deformada e problemas econômicos que geram uma economia distorcida, reduzindo a produtividade econômica.

Para Knowles (2005), a desigualdade de renda na presença de mercados de capitais imperfeitos faz com que se reduza o investimento em capital humano, gerando a redução do crescimento econômico. Perotti (1996) argumenta que o aumento da fertilidade está relacionado ao aumento da desigualdade de renda, ocasionando a redução do investimento em capital humano e gerando um efeito negativo na competitividade econômica do país.

A grande maioria da literatura se concentra em modelos que estabelecem um efeito negativo da desigualdade de renda sobre o crescimento econômico, entretanto, uma revisão mais ampla dos estudos indica que o efeito negativo dessa relação é menos significativo do que a maioria da literatura acredita (FORBES, 2000; WELCH, 1999; GALOR; TSIDDON, 1997).

Pesquisas vêm demonstrando um efeito positivo da relação desigualdade e crescimento. Segundo Saint-Paul e Verdier (1993), países onde o conflito de renda é mais desigual, o eleitor mediano deste país acredita que eleger uma maior carga de impostos visando fomentar o processo educacional, aumentará o capital humano e, conseqüentemente, a produtividade econômica.

Essa visão de que a desigualdade tem um efeito positivo no desenvolvimento econômico pode também ser sustentada basicamente por três ideias: primeiramente a hipótese de Kaldor, a segunda está relacionada com a indivisibilidade de investimentos e, por fim, a ideia que existe um *trade-off* entre produtividade e igualdade (AGHION; CAROLI; GARCIA-PENALOSA, 1999).

A hipótese de Kaldor (1956) argumenta que a tendência de pessoas ricas a poupar capital é maior que indivíduos pobres, desse modo, a desigualdade de renda elevaria o percentual de acúmulo de recursos. Neste sentido, sendo o acúmulo de recursos um dos determinantes positivos do crescimento econômico, a desigualdade

auxiliaria para elevar o nível de capital acumulado e o investimento em capital humano tendo como resultado um melhor desempenho produtivo da economia (GALOR, 2010).

Nesse contexto, Amarante (2014) acrescenta que a desigualdade incentiva uma melhor utilização dos recursos, o que favorece a formação de poupança e a aumentar o nível de acumulação de recursos. Dessa forma, um distanciamento cada vez maior de desigualdade de conhecimento, poderia favorecer para direcionar os investimentos de recursos para a área educacional, o que resultaria em um aumento de oportunidades de melhorar a qualidade de vida das pessoas a longo prazo (WELCH, 1999).

Aghion, Caroli e Garcia-Penalosa (1999) expõem que o surgimento de novas atividades empresariais exige muitas das vezes que os investidores incorram em perdas e custos irrecuperáveis, e na ausência de uma economia que forneça suporte adequado para os investidores, a concentração de renda precisa ser fator condicional necessário para que os investidores possam cobrir essas perdas e custos e iniciar um novo empreendimento.

O *trade-off* entre produtividade e igualdade se apoia em incentivos, pois Mirrlees (1971), acredita que em sociedades mais igualitárias os agentes produtivos da economia não seriam suficientemente estimulados para elevar o nível de produtividade econômica, uma vez que seria baixo o retorno esperado por esses agentes na tentativa de aumentar o nível de suas rendas.

Com base nesses argumentos, são propostas as seguintes hipóteses de pesquisas adicionais:

Hipótese 2a: Gastos públicos sociais têm efeito positivo no crescimento econômico em ambientes com alta desigualdade de renda.

Hipótese 2b: Gastos públicos sociais têm efeito negativo no crescimento econômico em ambientes com baixa desigualdade de renda.

Capítulo 3

3 METODOLOGIA

3.1 MODELO

Para que seja possível verificar se os gastos públicos sociais têm efeito positivo no crescimento econômico (H1), utilizou-se o seguinte modelo:

$$\text{Modelo 1: } \text{cresc}_{\text{piib}} = \beta_0 + \beta_1 \text{ Gastos públicos sociais} + \text{Controles} + \varepsilon \quad (1)$$

Com este modelo 1, espera-se de β_1 influencie positivamente a variável dependente que é o crescimento do PIB nominal que se utiliza de preços correntes da produção de bens e serviços para medir o crescimento da economia como um todo; As variáveis de controle são a falta de segurança do país, o desemprego do país; o nível de corrupção do país; o nível de escolaridade da força de trabalho do país; o índice de Gini; e o nível de entrave burocrático para abertura de uma empresa no país.

HIPÓTESE	SINAL ESPERADO
Hipótese 1 – Os gastos públicos sociais têm efeito positivo no crescimento econômico.	$\beta_1 > 0$

Quadro 1: Sinal esperado do modelo utilizado a partir da hipótese formulada

Fonte: Elaborado pelo próprio autor

Para que seja possível verificar se os gastos públicos sociais têm efeito positivo no crescimento econômico em ambientes com alta desigualdade de renda (H2a) e se os gastos públicos sociais têm efeito negativo no crescimento econômico em ambientes com baixa desigualdade de renda (H2b) utilizou-se o seguinte modelo:

$$\text{Modelo 2: } \text{cresc}_{\text{pib}} = \beta_0 + \beta_1 \text{ Gastos públicos sociais} \quad (2)$$

$$+ \beta_2 \text{ Gastos públicos sociais x Desigualdade} + \text{Controles} + \varepsilon \quad (3)$$

Com este modelo 2, espera-se de β_2 seja positivo para a hipótese 2a e que β_2 seja negativo para a hipótese 2b; As variáveis de controle são a falta de segurança do país, o desemprego do país; o nível de corrupção do país; o nível de escolaridade da força de trabalho do país; o índice de Gini; e o nível de entrave burocrático para abertura de uma empresa no país.

Os sinais esperados do modelo a partir das hipóteses formuladas seguem apresentadas no quadro 2:

HIPÓTESES	SINAL ESPERADO
Hipótese 2a – Os gastos públicos sociais têm efeito positivo no crescimento econômico em ambientes com alta desigualdade de renda.	$\beta_2 > 0$
Hipótese 2b – Os gastos públicos sociais têm efeito negativo no crescimento econômico em ambientes com baixa desigualdade de renda.	$\beta_2 < 0$

Quadro 2: Sinal esperado do modelo utilizado a partir das hipóteses formuladas
Fonte: Elaborado pelo autor

3.2 VARIÁVEIS DE INTERESSE

Este estudo tem por objetivo verificar se o investimento em gasto público social realizado pelo Estado impacta positivamente no crescimento da economia e, especificamente, se tal efeito depende das características intrínsecas aos ambientes analisados, em particular a desigualdade de renda.

O presente estudo tem uma abordagem quantitativa, de caráter descritivo e com dados em painel. Para verificar as hipóteses propostas, a pesquisa utilizou dados secundários entre os anos de 2002 a 2014 dos países membros da CEPAL e

da OCDE a partir das seguintes fontes: CEPAL, OCDE, *World Bank* (WDI), *Transparency International* e *Doing Business Database*.

Neste estudo, a variável dependente é o crescimento do Produto Interno Bruto dos países. Para o crescimento econômico, foram utilizados os dados do WDI (2016) referentes ao crescimento do PIB (Produto Interno Bruto) de cada país pertencente a CEPAL e a OCDE com dados entre os anos de 2002 a 2014.

Quanto à variável explicativa, utilizou-se o percentual de gastos públicos sociais em relação ao PIB dos países analisados. Os dados referentes sobre o percentual de gastos públicos sociais com relação ao PIB dos países analisados foram extraídos da CEPAL (2014) e OCDE (2014). Gasto público social para a OCDE - *Organization for Economic Co-operation Development* (2014) refere-se ao percentual de gastos públicos sociais que foram aplicados na economia em relação ao PIB dos países durante o período analisado.

3.3 VARIÁVEIS DE CONTROLE

Para controlar os efeitos heterogêneos entre os países, foram utilizadas variáveis de controle que diferenciam os países e têm efeito no crescimento econômico, como desemprego, segurança pública, índice de Gini, nível de escolaridade da força de trabalho, dados referentes aos níveis de corrupção e dados referentes a entraves burocráticos à abertura e continuidade de atividades empresariais. Tais informações, que refletem a qualidade das instituições dos países, foram obtidas junto ao Banco Mundial – WDI (WORLD BANK, 2016), à Transparência Internacional (*Transparency International*) e ao *Doing Business Database*.

O desemprego foi analisado por meio de dados disponíveis pelo WDI (WORLD BANK, 2016) e refere-se à participação da força de trabalho que se encontra sem ocupação, mas que está disponível para o trabalho e à procura de um novo emprego.

A segurança pública foi analisada a partir de dados fornecidos pelo WDI (WORLD BANK, 2016), levando em consideração os homicídios intencionais (*Intentional Homicides*), obtidos a partir de uma coleta de dados realizada a cada 100.000 (cem mil) habitantes. Para o *World Bank* (2016), homicídios intencionais são resultados de disputas domésticas, violência interpessoal, conflitos armados pela disputa dos recursos da terra, violência entre gangues e grupos armados.

O índice de Gini foi obtido a partir de dados fornecidos pelo WDI (WORLD BANK, 2016) e mede o grau de concentração de renda entre indivíduos ou famílias dentro de uma economia. O índice de Gini igual a 0 (zero) representa a igualdade perfeita, ou seja, todos possuem a mesma renda, enquanto um índice igual a 100 (cem) indica desigualdade perfeita, isto é, um indivíduo detém toda a riqueza.

A corrupção dos países foi medida tendo como base o Índice de Percepção da Corrupção (IPC), fornecido pelo *Transparency International* (2016). O IPC mede os níveis percebidos de corrupção no setor público de um país e se fundamenta em pesquisas de opiniões realizadas com diferentes especialistas e empresários. O IPC entre os anos de 2002 a 2011 variou numa escala de 0 a 10, sendo 0 (zero) para países percebidos como muito corruptos e 10 (dez) para os países percebidos com baixos níveis de corrupção. Nos anos de 2012 a 2014, o IPC variou numa escala de 0 a 100, sendo 0 (zero) para países percebidos como muito corruptos e 100 (cem) para países percebidos com baixos níveis de corrupção.

Com relação ao nível de escolaridade, foi analisado a partir de dados fornecidos pelo WDI (WORLD BANK, 2016), levando em consideração o nível de escolaridade da força de trabalho existente nos países. Para o *World Bank* (2016), nível de escolaridade da força de trabalho existente é a parcela da força de trabalho total que alcançou ou completaram o ensino primário como o mais alto nível de educação.

No *Doing Business Database* (2016), foram extraídos os dados referentes à abertura de empresas para as pessoas que desejam abrir um negócio, são eles: as variáveis, procedimentos, tempo, custos e capital mínimo integralizado. A variável procedimento significa a quantidade de procedimentos que os fundadores da empresa têm com terceiros como, por exemplo, órgãos do governo, profissionais ou cartórios para concretizar a abertura da empresa.

A variável tempo registra a duração média que profissionais ou cartórios indicam ser necessário para o fundador concluir o procedimento de registro da sua empresa; a variável custos, considera todas as despesas oficiais relativas a serviços de profissionais, impostos e taxas exigidas por lei para a concretização da abertura da empresa e essa variável custos é registrada como um percentual da renda per capita da economia do país.

A variável capital mínimo representa o valor que o fundador da empresa precisa desembolsar para depositar em uma instituição financeira ou cartório, a fim de integralizar o capital social da empresa, esse valor do depósito de recurso visando à integralização do capital social da firma é geralmente especificado na legislação comercial do país e assim como a variável custos, também representa um percentual da renda per capita da economia do país.

As variáveis seguem resumidas no quadro abaixo:

<u>Variáveis de Interesse</u>	Significado	Fonte
Produto Interno Bruto (PIB)	Refere-se à renda total de todas as pessoas da economia e a despesa total com os bens e serviços produzidos na economia.	<i>World Bank</i>
% Gastos públicos sociais em relação ao PIB	Refere-se ao percentual de gastos públicos sociais que foram aplicados na economia em relação ao PIB dos países durante o período analisado.	CEPAL; OCDE
<u>Variáveis de Controle</u>		
Desemprego	Refere-se à participação da força de trabalho que se encontra sem ocupação, mas que está disponível para o trabalho e à procura de um novo emprego.	<i>World Bank</i>
Segurança pública	Refere-se aos homicídios intencionais levando em consideração uma coleta de dados realizada a cada 100.000 (cem mil) habitantes.	<i>World Bank</i>
Índice de Gini	Mede o grau de concentração de renda entre indivíduos ou famílias dentro de uma economia.	<i>World Bank</i>
Nível de escolaridade da força de trabalho	Refere-se à parcela da força de trabalho total que alcançou ou completaram o ensino primário como o mais alto nível de educação.	<i>World Bank</i>
Nível de corrupção	Mede o índice de percepção de corrupção no setor público de um país e se fundamenta em pesquisas de opiniões realizadas com diferentes especialistas e empresários.	<i>Transparency International</i>
Procedimentos	Significa a quantidade de procedimentos que os fundadores da empresa têm com terceiros para concretizar a abertura da empresa.	<i>Doing Business Database</i>
Tempo	Significa a duração média que os profissionais ou cartórios indicam ser necessário para o fundador concluir o procedimento de registro da sua empresa.	<i>Doing Business Database</i>
Custos	Significa todas as despesas oficiais relativas a serviços de profissionais, impostos e taxas exigidas por lei para a concretização da abertura da empresa.	<i>Doing Business Database</i>
Capital mínimo	Representa o valor que o fundador da empresa precisa desembolsar para depositar em uma instituição financeira ou cartório a fim de integralizar o capital social da empresa.	<i>Doing Business Database</i>

Quadro 3: Variáveis de interesse e variáveis de controle

Fonte: Elaborado pelo autor

Capítulo 4

4 ANÁLISE DOS RESULTADOS

4.1 ESTATÍSTICA DESCRITIVA

Nesta seção apresentam-se os dados para que seja possível verificar se o investimento em gasto público social realizado pelo Estado impacta positivamente no crescimento do PIB e, especificamente, se tal efeito depende das características intrínsecas aos ambientes analisados, em particular a desigualdade de renda.

TABELA 1: ESTATÍSTICA DESCRITIVA COM AS MÉDIAS, DESVIO PADRÃO, MÍNIMO, QUARTIL 1, MEDIANA, QUARTIL 3 E MÁXIMO DAS VARIÁVEIS DOS GRUPOS DE PAÍSES DA OCDE E CEPAL

PAINEL A – Resultados das variáveis dos países pertencentes a OCDE.

Variáveis	Nº Obs.	Média	Des. P.	Mín.	.25	Mediana	.75	Máx.
Corrupção	429	21,60	27,44	3,10	6,40	8,30	9,60	92,00
Desemprego	429	7,63	3,97	2,30	4,80	7,10	9,00	27,20
Falta Seg.	378	1,68	1,46	0,00	0,88	1,21	1,74	10,97
Procedimentos	337	6,10	2,87	1,00	4,00	6,00	8,00	15,00
Tempo (dias)	337	18,83	18,56	0,50	6,00	14,00	24,00	138,00
Custos	337	6,25	6,81	0,00	0,90	4,30	9,30	40,40
Capital Mín.	337	28,64	51,14	0,00	0,00	15,80	34,10	347,70
Nível Esco.F.T	380	22,60	14,82	0,00	13,20	17,90	28,35	69,40
Índice Gini	247	32,03	5,01	23,72	28,17	31,53	34,47	54,74
Gast.Pub.Soci.	419	20,98	5,48	5,10	17,50	21,00	24,90	32,00
Crescim. PIB	429	2,04	3,09	-14,72	0,71	2,28	3,76	10,83
População	429	3.4e+07	5.6e+07	2.9e+05	5.4e+06	1.1e+07	4.7e+07	3.2e+08

PAINEL B – Resultados das variáveis dos países pertencentes a CEPAL.

Variáveis	Nº Obs.	Média	Des. P.	Mín.	.25	Mediana	.75	Máx.
Corrupção	259	11,13	15,21	1,60	2,70	3,60	6,70	73,00
Desemprego	260	7,16	3,73	1,60	4,40	6,50	8,65	18,40
Falta Seg.	223	24,86	19,37	4,25	9,33	17,79	37,28	91,79
Procedimentos	207	10,65	3,50	5,00	8,00	11,00	13,00	19,00
Tempo (dias)	207	49,15	39,16	6,00	18,00	39,00	65,00	156,00
Custos	207	38,93	38,60	0,70	12,50	26,20	47,40	184,40
Capital Mín.	207	12,41	34,18	0,00	0,00	0,00	9,20	212,40
Nível Esco.F.T	132	38,76	12,54	1,80	28,25	38,30	50,60	59,90
Índice Gini	173	50,80	4,43	40,49	47,38	50,89	54,10	60,16
Gast.Pub.Soci.	192	13,86	7,44	4,10	8,50	11,70	18,55	42,20
Crescim. PIB	259	4,05	3,71	-10,89	2,23	4,10	6,05	18,29
População	260	2.8e+07	4.6e+07	1.3e+06	5.0e+06	9.6e+06	2.8e+07	2.1e+08

Fonte: Elaborado pelo autor

TABELA 2: ESTATÍSTICA DESCRITIVA COM AS MÉDIAS DAS VARIÁVEIS ANALISADAS DOS PAÍSES MEMBROS DA OCDE E CEPAL

Demonstra as médias das variáveis da amostra analisada, para compararmos os países pertencentes a OCDE e a CEPAL.

Variáveis	OCDE		CEPAL		Diferença	P valor
	Média	Desvio Padrão	Média	Desvio Padrão		
Corrupção	21,60	27,43	11,13	15,21	10,47	0,0000***
Desemprego	7,63	3,97	7,16	3,72	0,47	0,1228
Falta Seg.	1,67	1,46	24,85	19,37	-23,18	0,0000***
Procedimentos	6,10	2,87	10,65	3,49	-4,55	0,0000***
Tempo (dias)	18,83	18,55	49,15	39,15	-30,31	0,0000***
Custos	6,25	6,81	38,93	38,59	-32,67	0,0000***
Capital Mín.	28,63	51,14	12,40	34,18	16,23	0,0001***
Nível Esco.F.T	22,60	14,81	38,76	12,54	-16,15	0,0000***
Índice Gini	32,02	5,00	50,79	4,42	-18,77	0,0000***
Gast.Pub.Soci.	20,97	5,47	13,85	7,44	7,12	0,0000***
Crescim. PIB	2,04	3,09	4,05	3,71	-2,01	0,0000***
População	3.36e+07	5.61e+07	2.75e+07	4.60e+07	6.029.831	0,1444

Significância: *p<0,10, **p< 0,05, ***p< 0,01

Fonte: Elaborado pelo autor

As Tabelas 1 e 2, apresentam a média, o desvio padrão, mínimo, quartil 1, mediana, quartil 3 e máximo das variáveis que afetam o crescimento econômico dos grupos de países pertencentes a OCDE e a CEPAL. Nota-se que o número de países pertencentes ao bloco OCDE é maior que o número de países pertencentes ao bloco CEPAL. Dessa forma, observa-se que a média percentual dos investimentos em gastos públicos sociais no grupo de países da OCDE é maior que no grupo de países da CEPAL.

Observa-se, conforme Tabelas 1 e 2, que em média o resultado da falta de segurança nos países membros da OCDE é de 1,68%, para os países pertencentes a CEPAL, no que diz respeito à falta de segurança, o resultado em média é de 24,86%. Este resultado indica que possivelmente os países membros da CEPAL tendem a apresentar um menor nível de capital social, o qual tende a agir como um fator de contenção de comportamentos socialmente indesejáveis. A literatura referente à capital social afirma que países nessas condições tendem a apresentar

altas taxas de criminalidade e, conseqüentemente, baixo crescimento econômico (PUTNAM, 1995; MIDGLEY; LIVERMORE, 1998).

Percebe-se nas Tabelas 1 e 2 que os países do bloco da OCDE apresentam maiores índices de escolaridade do que os países do bloco CEPAL. Constata-se com este resultado, que a educação ofertada nos países da OCDE é de cobertura mais ampla, o que torna seus profissionais mais qualificados do que os profissionais que compõem o mercado de trabalho do bloco da CEPAL.

Como pode ser observado nas Tabelas 1 e 2 com relação ao índice de Gini, a concentração de renda na média é maior nos países do bloco da CEPAL que possuem 50,80% de resultado que no bloco da OCDE que possui média de 32,03%. Observa-se com este resultado que a desigualdade de renda nos países pertencentes a CEPAL é maior que na OCDE. A literatura a respeito de desigualdade de renda sugere uma falta de consenso se a desigualdade é positiva ou negativa para o crescimento econômico (AGHION; CAROLI; GARCIA-PENALOSA, 1999).

De acordo com as Tabelas 1 e 2, nota-se que o número de procedimentos, tempo (dias) e os custos para se abrir um negócio em média na CEPAL são 10,65; 49,15 dias e 38,93%, respectivamente. Na OCDE, os mesmos resultados em média são 6,10; 18,83 dias e 6,25%, respectivamente. Percebe-se, assim, que em média os valores da CEPAL são maiores que dos países que formam a OCDE. Constata-se, assim, ser mais difícil empreender em países pertencentes a CEPAL, devido à elevada burocracia que influencia diretamente na qualidade das instituições e o ambiente de negócios nos países.

As tabelas 1 e 2 evidenciam que a média do índice de corrupção nos países pertencentes a CEPAL (11,13) é maior que a média do índice da OCDE (21,60).

Esse resultado que não é de surpreender, dada à excessiva burocratização nos países do primeiro bloco, é uma ameaça para o crescimento econômico, pois diminui a eficiência do setor público e privado, distorce o ambiente econômico e propicia uma instabilidade política ameaçando os investimentos e ao mesmo tempo reduzindo a produtividade da economia (SHERA; DOSTI; GRABOVA, 2014; EVERHART; VAZQUEZ; MCNAB, 2009).

Podemos observar nas tabelas 1 e 2, que nos países pertencentes a OCDE, as médias dos valores das variáveis corrupção, falta de segurança, nível de escolaridade da força de trabalho, tempo para se abrir um negócio, custos para se abrir uma empresa e o nível de desigualdade de renda são melhores que os resultados das mesmas variáveis para os países que formam a CEPAL. Dessa forma essa representação evidencia a dificuldade de geração de produtividade e renda nos países pertencentes a CEPAL.

Analisando esse contexto e de acordo com as Tabelas 1 e 2, percebeu-se que nos países membros da OCDE, os gastos públicos sociais foram em média maiores que nos países membros da CEPAL. O bloco de países da OCDE, em média, possui gastos sociais no valor de 20,98% do PIB, enquanto, os países do bloco CEPAL, em média, possuem 13,86% do PIB. Porém, verificou-se que o crescimento do PIB foi em média maior nos países que compõem a CEPAL com um crescimento médio anual de 4,05%, enquanto, que nos países pertencentes a OCDE o crescimento médio foi de 2,04%.

Conseqüentemente, a partir das Tabelas 1 e 2, constata-se que, o bloco de países da OCDE possui em média menos desigualdade de renda, menos corrupção, menos homicídios e mais gastos públicos sociais. Enquanto que, o bloco de países da CEPAL possui em média maior percepção de corrupção, maior média de

homicídios, maior desigualdade de renda e investem em média menos em gastos públicos sociais que os países da OCDE, embora o bloco de países da CEPAL, em média, tenha obtido um crescimento econômico ao longo do período analisado maior que os países da OCDE.

4.2 RESULTADOS

Os resultados foram avaliados utilizando modelos de regressões lineares múltiplas distintas, uma contemplando os gastos públicos sociais, e outra contemplando além dos gastos públicos sociais, a influência da desigualdade de renda. Devido à falta de informações sobre todas as variáveis de controle durante o período analisado, o estudo, ao incluir todas as variáveis pretendidas, acabava perdendo observações, assim para contornar esse problema, a pesquisa utilizou o mesmo modelo com mais de uma especificação de forma a tentar utilizar um maior número de observações e verificar uma maior robustez nos resultados.

Os modelos utilizados nesta pesquisa permitiram verificar o efeito do investimento em gasto público social realizado pelos países membros da OCDE e da CEPAL sobre o crescimento do PIB, associado às características intrínsecas aos ambientes analisados.

Os painéis A e B da Tabela 3 revelaram o resultado do efeito do gasto público social sobre o crescimento do PIB dos países pertencentes a OCDE e a CEPAL, relacionando-os com todas as variáveis de controle (corrupção, desemprego, falta de segurança, população, procedimentos, tempo, custos, capital mínimo, nível de escolaridade da força de trabalho e índice de Gini), sem as variáveis de controle (nível de escolaridade da força de trabalho, índice de Gini e o *doing business*) e sem

as variáveis de controle (nível de escolaridade da força de trabalho e o índice de Gini).

TABELA 3: RESULTADO DA ESTIMATIVA DO MODELO DE REGRESSÃO HIPÓTESE 1

Esta tabela apresenta resultados acerca da estimação do modelo:

$$\text{cresc}_{\text{pib}} = \beta_0 + \beta_1 \text{Gastos públicos sociais} + \text{Controles} + \varepsilon$$

PAINEL A – Resultados dos efeitos do modelo com e sem as variáveis de controle dos países pertencentes a OCDE.

VARIÁVEIS	SEM NÍVEL DE ESCOLARIDADE, GINI E DOING BUSINESS		SEM NÍVEL DE ESCOLARIDADE E GINI		TODOS OS CONTROLES	
	Coef.	P Valor	Coef.	P Valor	Coef.	P Valor
Gas. Púb.Soc.	-1.195	0,000***	-1.236	0,000***	-1.606	0,000***
Corrupção	.002	0,690	.009	0,214	-,0044	0,706
Desemprego	.039	0,576	.104	0,196	.108	0,331
Falta Seg.	.034	0,906	.101	0,837	.135	0,844
População	6.995	0,188	8.044	0,341	15.460	0,287
Procedimentos			.062	0,742	.160	0,506
Tempo (dias)			.007	0,663	.003	0,856
Custo			.094	0,185	.091	0,286
Capital Míni.			.012	0,101	.014	0,102
Nível escolar.					-.318	0,009
Índice Gini					.161	0,381
Cons	-86.964	0,310	-105.207	0,440	-212.189	0,361
Nº OBS.	374		292		206	
R ²	0,3447		0,3995		0,4654	

PAINEL B – Resultados dos efeitos do modelo com e sem as variáveis de controle dos países pertencentes a CEPAL.

VARIÁVEIS	SEM NÍVEL DE ESCOLARIDADE, GINI E DOING BUSINESS		SEM NÍVEL DE ESCOLARIDADE E GINI		TODOS OS CONTROLES	
	Coef.	P Valor	Coef.	P Valor	Coef.	P Valor
Gas.Púb. Soc.	-.381	0,018**	-.565	0,007***	-.754	0,018**
Corrupção	-.012	0,747	.025	0,473	.016	0,690
Desemprego	-.555	0,003***	.097	0,671	-.411	0,249
Falta Seg.	-.096	0,052	-.084	0,161	-.098	0,309
População	2.906	0,756	-8.505	0,504	16.912	0,315
Procedimentos			-.285	0,200	-.106	0,748
Tempo (dias)			.024	0,237	.044	0,119
Custo			.010	0,657	-.001	0,978
Capital Míni.			-.003	0,756	-.006	0,563
Nível escolar.					.039	0,294
Índice Gini					.157	0,476
Cons	-31.267	0,836	153.663	0,459	-266.256	0,335
Nº OBS.	182		140		74	
R ²	0,1068		0,1859		0,2644	

Significância: *p<0,10, **p<0,05, ***p<0,01

Fonte: Elaborado pelo autor

Os painéis A e B da Tabela 4 revelaram o resultado do efeito do gasto público social sobre o crescimento do PIB também dos países pertencentes a OCDE e a CEPAL, mas agora levando em consideração além dos gastos sociais, a influência da desigualdade de renda nestes países membros da OCDE e da CEPAL, relacionando-os com todas as variáveis de controle (corrupção, desemprego, falta de segurança, população, procedimentos, tempo, custos, capital mínimo, nível de escolaridade da força de trabalho e índice de Gini), sem as variáveis de controle (nível de escolaridade da força de trabalho e *doing business*) e sem a variável de controle (nível de escolaridade da força de trabalho).

TABELA 4: RESULTADO DA ESTIMATIVA DO MODELO DE REGRESSÃO HIPÓTESES 2a E 2b

Esta tabela apresenta resultados acerca da estimação do modelo:

$$\text{crescpib} = \beta_0 + \beta_1 \text{Gastos públicos sociais} + \beta_2 \text{Gastos públicos sociais} \times \text{Desigualdade} + \text{Controles} + \varepsilon$$

PAINEL A – Resultados dos efeitos do modelo com e sem as variáveis de controle dos países pertencentes a OCDE.

VARIÁVEIS	SEM NÍVEL DE ESCOLARIDADE E DOING BUSINESS		SEM NÍVEL DE ESCOLARIDADE		TODOS OS CONTROLES	
	Coef.	P Valor	Coef.	P Valor	Coef.	P Valor
Gas. Púb.Soc.	-1.782	0,000***	-1.664	0,000***	-1.763	0,000***
Gastos Púb. Soc. x Gini	.010	0,026**	.006	0,251	.005	0,274
Corrupção	-.001	0,819	.001	0,871	-.004	0,540
Desemprego	.051	0,703	.099	0,494	.112	0,451
Falta Segu.	-.128	0,759	-.068	0,907	.138	0,862
População	6.995	0,657	18.725	0,229	14.440	0,365
Procedimentos			.042	0,799	.158	0,301
Tempo			.006	0,692	.004	0,774
Custo			.065	0,381	.093	0,197
Capital Míni.			.013	0,249	.015	0,214
Nível Escola.					-.320	0,001**
Cons.	-79,392	0,750	-269.598	0,272	-190,759	0,446
Nº OBS.	242		211		206	
R ²	0,3904		0,4376		0,4641	

TABELA 4: RESULTADO DA ESTIMATIVA DO MODELO DE REGRESSÃO HIPÓTESES 2a E 2b (CONTINUAÇÃO)

PAINEL B – Resultados dos efeitos do modelo com e sem as variáveis de controle dos países pertencentes a CEPAL.

VARIÁVEIS	SEM NÍVEL DE ESCOLARIDADE E DOING BUSINESS		SEM NÍVEL DE ESCOLARIDADE		TODOS OS CONTROLES	
	Coef.	P Valor	Coef.	P Valor	Coef.	P Valor
Gas.Púb. Soc.	-1.157	0,068*	-.830	0,386	-1.268	0,431
Gas.Púb. Soc. x Gini	.011	0,351	-.001	0,935	.010	0,684
Corrupção	-.001	0,946	.008	0,640	.017	0,438
Desemprego	-.928	0,014**	-.306	0,918	-.402	0,305
Falta Segu.	-.038	0,335	-.071	0,066	-.098	0,082
População	8.280	0,315	19.407	0,117	15.133	0,387
Procedimentos			-.238	0,170	-.110	0,556
Tempo			.039	0,025**	.046	0,067
Custo			.013	0,612	-.0009	0,974
Capital Míni.			-.007	0,096	-.007	0,546
Nível Escola.					.035	0,261
Cons.	-115.383	0,383	-298,673	0,136	-229.219	0,415
Nº OBS.	138		114		74	
R ²	0,1689		0,2614		0,2612	

Significância: *p<0,10, **p< 0,05, ***p< 0,01

Fonte: Elaborado pelo autor

4.2.1 Efeito dos gastos públicos sociais nos países da OCDE e CEPAL

Consoante à tabela 3, painéis A e B, os resultados apurados mostram um R² ajustado levando em consideração todos os controles um valor de 0,4654 e 0,2644 para os países da OCDE e CEPAL, respectivamente. Estes dados significam que aproximadamente 46,54% e 26,44% das variações no crescimento do PIB para os países da OCDE e CEPAL respectivamente podem ser explicadas pelos gastos públicos sociais mais as variáveis de todos os controles.

Diante destes percentuais, as variáveis analisadas explicam muito mais a variação do crescimento de países desenvolvidos do que de países em desenvolvimento, visto que o percentual da OCDE foi maior que o percentual da

CEPAL. Isso pode ser pelo fato da economia dos países em desenvolvimento que compõem a CEPAL sofrerem de uma instabilidade sociopolítica maior que os países desenvolvidos que compõem a OCDE.

Os resultados da regressão para a tabela 3, painéis A e B levando em consideração as variáveis de controle sem nível de escolaridade, índice de Gini e *doing business* revelaram que o efeito dos gastos públicos sociais está relacionado de forma significativa e negativa para o crescimento do PIB dos países pertencentes a OCDE e a CEPAL. Os resultados da regressão levando em consideração agora as variáveis de controle sem nível de escolaridade e índice de Gini também revelaram que o efeito dos gastos públicos sociais está relacionado de forma significativa e negativa para o crescimento do PIB. Por fim, levando em consideração todos os controles, o efeito dos gastos públicos sociais também está relacionado de forma significativa e negativa para o crescimento do PIB dos países membros da OCDE e CEPAL.

Esse resultado permite afirmar que quanto mais o Estado investe em média em gastos públicos sociais, menor tende a ser o crescimento econômico, tornando sem efeito a Hipótese 1 e corroborando os estudos anteriores com grupos de países diferentes (BHAGWATI, 1982; MURRAY, 1984; HANSSON; HENREKSON, 1994; MIDGLEY; TANG, 2001; KWON; MKANDAWIRE; PALME, 2009; MCDONALD; MILLER, 2010).

Os dados nos painéis A e B da tabela 3, também sugerem que esse resultado significativo e negativo da relação investimentos em gastos públicos sociais sobre o crescimento econômico aos países membros tanto da OCDE quanto da CEPAL que as decisões de investimentos em gastos sociais não estão gerando produtividade econômica (KWON, 2005). Sugerindo que os Estados têm que orientar suas

políticas sociais para investimentos que gerem proteção social universal e estímulo às pessoas menos favorecidas a produzir, gerando crescimento econômico (MIDGLEY; TANG, 2001; KWON, 2005).

O crescimento das necessidades por investimentos em educação, saúde, moradia, previdência social e programas de assistência social que visam a melhoria da qualidade de vida dos cidadãos, faz com que o Estado necessite arrecadar mais recursos sem ao mesmo tempo elevar os custos da atividade econômica (KHAN; BASHAR, 2015). Nesse sentido, os países para alinharem o crescimento econômico ao desenvolvimento social, devem investir em gastos sociais que gerem a entrada das pessoas na economia produtiva, em políticas econômicas que gerem produtividade (MIDGLEY, 1999; KERSTENETZKY, 2011; MERCAN; SEZER, 2014).

Em suma, o modelo proposto apontou que, o investimento em gasto público social realizado pelo Estado gera um efeito negativo no crescimento econômico em todos os cenários analisados de variáveis de controle. Identificar a forma como a política social está sendo direcionada, possibilitará aos gestores dos países aplicar os recursos de investimentos em gastos sociais que de fato gerem produtividade econômica, gerando assim crescimento da economia.

4.2.2 Efeito dos gastos públicos sociais em ambientes com alta e baixa desigualdade de renda nos países da OCDE e CEPAL

Consoante à tabela 4, painéis A e B, os resultados apurados mostram um R^2 ajustado levando em consideração todos os controles um valor de 0,4641 e 0,2612 para os países da OCDE e CEPAL, respectivamente. Estes dados significam que aproximadamente 46,41% e 26,12% das variações no crescimento do PIB para os países da OCDE e CEPAL respectivamente podem ser explicadas pelos gastos

públicos sociais, mais o ambiente de desigualdade de renda e as variáveis de todos os controles.

Os resultados da regressão para a tabela 4, painéis A e B levando em consideração as variáveis de controle sem nível de escolaridade e *doing business* revelaram que o efeito dos gastos públicos sociais em ambientes de baixa e alta desigualdade de renda estão relacionados de forma significativa e negativa para o crescimento do PIB dos países pertencentes a OCDE e a CEPAL. Os resultados da regressão levando em consideração agora as variáveis de controle sem nível de escolaridade também revelaram que o efeito dos gastos públicos sociais em ambientes de baixa e alta desigualdade de renda estão relacionados de forma significativa e negativa para o crescimento do PIB. Por fim, levando em consideração todos os controles, o efeito dos gastos públicos sociais em ambientes de baixa e alta desigualdade de renda também estão relacionados de forma significativa e negativa para o crescimento do PIB dos países membros da OCDE e CEPAL.

Esse resultado permite afirmar que nos países pertencentes a CEPAL o efeito dos gastos públicos sociais no crescimento econômico está relacionado de forma significativa e negativa, independentemente da desigualdade de renda, ou seja, mesmo em ambientes com alta desigualdade de renda o efeito do investimento do Estado em gastos sociais não gera crescimento do PIB, tornando sem efeito a hipótese 2a e corroborando com os estudos de (PERSSON; TABELLINI, 1994; ALESINA; PEROTTI, 1996; DEININGER; OLINTO, 2000).

Para os países da OCDE, o efeito dos gastos públicos sociais no crescimento econômico está relacionado também de forma significativa e negativa, mas esse efeito ele é ligeiramente atenuado a partir do momento que existe desigualdade de

renda. Nos países pertencentes a OCDE também existe desigualdade de renda e a partir do momento que existe desigualdade de renda, o efeito ele ainda é negativo, mas é ligeiramente atenuado pela desigualdade de renda, tornando com efeito a hipótese 2b.

Dessa forma, o gasto público social pode promover por meio de política de transferência de renda uma melhor distribuição dos recursos, que incentiva o aumento do consumo a curto prazo. Nesse caso, a economia avança pelo aumento do consumo e não pelo aumento da produtividade, o que pode resultar em um crescimento não sustentável a médio e longo prazo, contribuindo assim com os estudos de (CÂNDIDO JUNIOR, 2001; MARQUES JUNIOR *et al.* 2006; KWON; MKANDAWIRE; PALME, 2009; ELLERY JUNIOR; GOMES, 2014).

Os dados da tabela 4, painéis A e B também sugerem que esse resultado significativo e negativo dos investimentos em gastos públicos sociais no crescimento econômico em ambientes de desigualdade de renda, aos países membros tanto da CEPAL quanto da OCDE, que a fomentação das políticas sociais tem que ir além de políticas sociais de concessões de benefícios. Os investimentos em gastos sociais devem se propor a uma abordagem mais direcionada à geração de políticas econômicas que gerem produtividade (MIDGLEY, 1999).

A pesquisa também se utilizou de um modelo de regressão linear múltiplo distinto, acrescentando nas variáveis de controle já anteriormente utilizadas o estoque de capital e mesmo adicionando essa nova variável de controle, não se alterou o resultado básico da pesquisa, de que os investimentos em gastos públicos sociais estão afetando negativamente a taxa de crescimento econômico dos países analisados.

Em resumo, este estudo mostra que existe uma relação significativa e negativa dos investimentos em gastos públicos sociais no crescimento econômico, devido possivelmente ao direcionamento inadequado das políticas públicas sociais. Os gestores públicos para elevarem o padrão de vida das pessoas devem direcionar os investimentos de gastos públicos sociais visando incentivar a capacidade produtiva das pessoas, estimulando os fatores de produção com os gastos sociais e assegurando que essas despesas sociais possam influenciar de forma significativa e positiva a taxa de crescimento do PIB, melhorando substancialmente o padrão de vida das pessoas ao longo do tempo (CÂNDIDO JUNIOR, 2001; KANGAS; PALME, 2005; MANKIW, 2009; NIKOLAI, 2012; MERCAN; SEZER, 2014; AHN; KIM, 2015; POPA, 2016).

Os resultados apresentados seguem sumarizados no quadro abaixo:

HIPÓTESES	RESULTADO
Hipótese 1 – Os gastos públicos sociais têm efeito positivo no crescimento econômico.	Sem efeito
Hipótese 2a – Os gastos públicos sociais têm efeito positivo no crescimento econômico em ambientes com alta desigualdade de renda.	Sem efeito
Hipótese 2b – Os gastos públicos sociais têm efeito negativo no crescimento econômico em ambientes com baixa desigualdade de renda.	Com efeito

Quadro 1: Resultados

Fonte: Elaborado pelo autor

Capítulo 5

5 CONCLUSÃO

O objetivo deste estudo foi verificar se o investimento em gasto público social realizado pelo Estado impacta positivamente no crescimento da economia e especificamente se tal efeito depende das características intrínsecas aos ambientes analisados, em particular, a desigualdade de renda.

Os resultados do modelo revelaram que em um cenário, levando em consideração apenas o efeito dos investimentos em gastos públicos sociais sobre a economia, o efeito é negativo sobre o crescimento do PIB. Em outro panorama, levando em consideração agora ambientes com alta desigualdade de renda e baixa desigualdade de renda, o efeito dos investimentos em gastos públicos sociais sobre a economia continua sendo negativo sobre o crescimento do PIB, sendo que em ambientes com baixa desigualdade de renda o efeito se torna ligeiramente atenuado, mas mesmo assim ainda continua sendo negativo.

A pesquisa aponta que os investimentos em gastos públicos sociais em média têm gerado um efeito negativo no crescimento econômico tanto em ambientes com alta desigualdade de renda, como em ambientes com baixa desigualdade de renda, ressaltando-se que em ambientes com baixa desigualdade de renda, a partir do momento que existe a desigualdade de renda o efeito dos gastos sociais sobre o crescimento do PIB é ligeiramente atenuado, mas ele continua sendo negativo no crescimento econômico.

Os resultados encontrados por esta pesquisa não sugerem que os países não devam realizar investimentos sociais. Estes são necessários em muitos países, como no Brasil, que é uma sociedade ainda muito desigual e com muita pobreza. O ponto é que os investimentos em gastos públicos sociais realizados pelos países não estão tendo o potencial para afetar o crescimento e por isso outras políticas devem ser realizadas para esse fim: por exemplo, políticas que incentivem o aumento da taxa de poupança, investimentos em capital humano e conhecimento tecnológico ou ainda medidas que levem a construção de instituições que melhorem o nosso ambiente de negócios.

Esta pesquisa contribui para encontrar evidências consistentes da relação despesas sociais do Estado sobre o resultado econômico em ambientes com diferentes características, verificando se o problema em países com alta desigualdade de renda está na política social ou na forma como ela é orientada. O gasto público social não pode simplesmente diminuir a desigualdade, o investimento em políticas sociais tem que ser feito de forma a gerar um aumento sustentável da produtividade econômica (SILVA; TRICHES, 2014; NOLAN, 2013; NELSON; STEPHENS, 2012; AHN, 2011; KERSTENETZKY, 2011; KWON; MKANDAWIRE; PALME, 2009).

Dessa forma, entender sobre o efeito do gasto público social sobre o crescimento econômico, nos mostra que a depender do tipo de investimento social que é realizado as implicações sociais e o crescimento da economia podem diferir (AHN; KIM, 2015). Esta pesquisa contribui para que políticas sociais sejam voltadas para promover o aumento da produtividade e, conseqüentemente, da renda dos países e assim tomar decisões de despesas públicas que o resultado seja o

crescimento econômico (ARAÚJO; MONTEIRO; MORAIS, 2014; MOREL; PALIER; PALME, 2012).

A limitação existente nesta investigação foi a utilização dos dados totais dos gastos públicos sociais dos países da CEPAL e da OCDE, não levando em consideração, para fins de análise, os dados por setores dos gastos sociais dos países. Outra limitação foi quanto à utilização limitada dos dados dos países pertencentes a CEPAL e a OCDE, pois dos países que formam esses organismos internacionais nem todos possuem os dados disponíveis dos gastos públicos sociais.

Desse modo, em razão do número limitado de países e da utilização de dados totais dos gastos públicos sociais, para futuras pesquisas, torna-se interessante a realização de estudos que envolvam mais países e de outros continentes. A análise por setores dos gastos sociais e suas implicações para o crescimento econômico dos países como forma de verificar o comportamento da política social também é interessante de se realizar e verificar se os resultados se assemelham com os encontrados para os países da CEPAL e OCDE.

REFERÊNCIAS

- AGHION, Philippe; CAROLI, Eve; GARCIA-PENALOSA, Cecilia. Inequality and economic growth: the perspective of the new growth theories. **Journal of Economic Literature**. v. 37, n. 4, p. 1615-1660, 1999.
- AHN, Sang-Hoon. Sustainability of social service strategy. **Korean Economic Journal**. v. 50, n. 3, p. 263–294, 2011.
- AHN, Sang-Hoon; KIM, Soo-Wan. Social investment, social service and the economic performance of welfare states. **International Journal of Social Welfare**. v. 14, p. 109-119, 2015.
- ALESINA, Alberto; PEROTTI, Roberto. Income distribution, political instability, and investment. **European Economic Review**. v. 40, n. 6, p. 1203-1228, 1996.
- AMARANTE, Veronica. Revisiting inequality and growth: evidence for developing countries. **Growth and Change**. v. 45, n. 4, p. 571-589, 2014.
- ANDRADE, Sandro Angelo de; TEIXEIRA, Arilton; FORTUNATO, Graziela. Influência dos gastos públicos sociais sobre o PIB dos municípios do Estado de Minas Gerais. **Revista Economia e Gestão**, v. 14, n. 35, abr./jun. 2014.
- ARAÚJO, Jair Andrade de; MONTEIRO, Vitor Borges; MORAIS, Gabriel Sampaio. Gastos públicos e crescimento econômico: evidências da economia cearense. **Revista de Ciências Administrativas**, Fortaleza (CE), v. 20, n. 1, p. 11-40, jan./jun. 2014.
- BHAGWATI, Jagdish N. Directly unproductive, profit-seeking (DUP) activities. **The Journal of Political Economy**, v. 90, n. 5, p. 988-1002, 1982.
- BOVO, Jose Murari. Gastos sociais dos municípios e desequilíbrio financeiro. **Revista de Administração Pública**, v. 35, n. 1, p. 93-117, 2001.
- CÂNDIDO JUNIOR, José Oswaldo. Os gastos públicos no Brasil são produtivos? IPEA, **Texto para discussão**, n. 781, 2001.
- CASTRO, Kleber Pacheco de; AFONSO, Jose Roberto. Gasto social no Brasil pós 1988: uma análise sob a ótica da descentralização fiscal. **Revista de Política, Planejamento e Gestão da Saúde**, v. 1, n. 1, p. 34-56, 2009.
- CEPAL. Comissão Econômica para a América Latina; CARIBE, E. O. **Panorama social de América Latina**. Santiago do Chile: Cepal, 2014.
- CRUZ, Poliano Bastos da; TEIXEIRA, Arilton; MONTE-MOR, Danilo Soares. O efeito da desigualdade da distribuição de renda no crescimento econômico. **Revista Brasileira de Economia**, v. 69, n. 2, p. 163-186, abr./jun. 2015.

DEININGER, Klaus; OLINTO, Pedro. Asset distribution, inequality, and growth. **World Bank Development Research Group Working Paper**. n. 2375, 2000.

DOMINICIS, Laura de; FLORAX, Raymond J. G. M.; GROOT, Henri L. F. de. A meta-analysis on the relationship between income inequality and economic growth. **Scottish Journal of Political Economy**, v. 55, n. 5, p. 654-682, 2008.

ELLERY JUNIOR, Roberto; GOMES, Victor. Política fiscal, choques de oferta e a expansão econômica de 2003-2007. **Brazilian Business Review**, v. 11, n. 3, p. 56-80, maio/jun, 2014.

ESPING-ANDERSEN, Gosta. Towards the good society, once again? In: _____. (Ed.). **Why we need a new welfare state**. London: Oxford University Press, 2002. p. viii-xxiv.

EVERHART, Stephen S.; VAZQUEZ, Jorge Martinez; MCNAB, Robert M. Corruption, governance, investment and growth in emerging markets. **Applied Economics**, v. 41, n. 13, p. 1579-1594, 2009.

FAWAZ, Fadi; RAHNAMA, Masha; VALCARCEL, Victor J. A refinement of the relationship between economic growth and income inequality. **Applied Economics**, v. 46, n. 27, p. 3351-3361, 2014.

FORBES, Kristin J. A reassessment of the relationship between inequality and growth. **The American Economic Review**, v. 90, n. 4, p. 869-887, 2000.

GALOR, Oded. The 2008 Lawrence R. Klein lecture-comparative economic development: insights from unified growth theory. **International Economic Review**, v. 51, n. 1, p. 1-44, 2010.

GALOR, Oded; TSIDDON, Daniel. The distribution of human capital and economic growth. **Journal of Economic Growth**, v. 2, n. 1, p. 93-124, 1997.

HANSSON, Par; HENREKSON, Magnus. A new framework for testing the effect of government spending on growth and productivity. **Public Choice**, v. 81, n. 3-4, p. 381-401, 1994.

KALDOR, N. Alternative theories of distribution. **The review of Economic Studies**, v. 23, n. 2, p. 83-100, 1956.

KANGAS, Olli; PALME, Joakim. Coming late-catching up: the formation of a nordic model. In: KANGAS, O.; PALME, J. (Eds.). **Social policy and economic development in the Nordic countries**. Palgrave Macmillan, 2005. p.17-59.

KERSTENETZKY, Celia Lessa. Welfare state e desenvolvimento. **Revista de Ciências Sociais**, v. 54, n. 1, p. 129-156, 2011.

KHAN, Habibullah; BASHAR, Omar k. M. R. Social expenditure and economic growth: evidence from Australia and New Zealand using cointegration and causality tests. **The Journal of Developing Areas**, v. 49, n. 4, p. 285-300, 2015.

KNOWLES, Stephen. Inequality and economic growth: the empirical relationship reconsidered in the light of comparable data. **Journal of Development Studies**, v. 41, n. 1, p. 135-159, 2005.

KWON, Huck-Ju. Transforming the development welfare state in east Asia. **Development and Change**, v. 36, n. 3, p. 477-497, 2005.

KWON, Huck-Ju; MKANDAWIRE, Thandira; PALME, Joakim. Introduction: social policy and economic development in late industrializers. **International Journal of Social Welfare**, v. 18, p. S1-S11, 2009.

MANKIW, N. Gregory. **Introdução à economia**. São Paulo: Cengage Learning, 2009.

MARQUES JUNIOR, Liderau dos Santos *et al.* O papel da política fiscal local no crescimento econômico de cidades: uma evidência empírica para o Brasil. In: ENCONTRO NACIONAL DE ECONOMIA, 2006, Salvador (BA). **Anais...** Salvador: ANPEC, 2006.

MAZUMDAR, Krishna. An analysis of causal flow between social development and economic growth: the social development index. **American Journal of Economics and Sociology**, v. 55, n.3, p. 361-383, 1996.

MCDONALD, Bruce D.; MILLER, D. Ryan. Welfare programs and the state economy. **Journal of Policy Modeling**, v. 32, n. 6, p. 719-732, 2010.

MERCAN, Mehmet; SEZER, Sevgi. The effect of education expenditure on economic growth: the case of Turkey. **Procedia – Social and Behavioral Sciences**, v. 109, p. 925-930, 2014.

MIDGLEY, James. Growth, redistribution, and welfare: toward social investment. **The Social Service Review**, v. 73, n. 1, p. 3-21, 1999.

MIDGLEY, James; LIVERMORE Michelle. Social capital and local economic development: implications for community social work practice. **Journal of Community Practice**, v. 5, n. 1-2, p. 29-40, 1998.

MIDGLEY, James; SHERRADEN, Michael. The social development perspective in social policy. In: MIDGLEY, J.; TRACY, M. B.; LIVERMORE, M. **The handbook of social policy**. Thousand Oaks, CA: Sage Publications, 2000.

MIDGLEY, James; TANG, Kwong-Leung. Social policy, economic growth and developmental welfare. **International Journal of Social Welfare**, v. 10, n. 4, p. 244-252, 2001.

MIRRLEES, James A. An exploration in the theory of optimum income taxation. **The Review of Economic Studies**, v. 38, n. 114, p. 175-208, 1971.

MOREL, Nathalie; PALIER, Bruno; PALME, Joakim. **Towards a social investment welfare state ?**: Ideas, policies and challenges. Policy Press, 2012.

MURRAY, Charles A. **Losing ground**: American social policy, 1950-1980. Basic Books, 1984.

NELSON, Moira; STEPHENS, John D. Do social investment policies produce more and better jobs? In: MOREL, N.; PALIER, B.; PALME, J. (Eds.). **Towards a social investment welfare state?**: Ideas, policies and challenges. Policy Press, 2012. p. 191-205.

NIKOLAI, Rita. Towards social investment? Patterns of public policy in the OECD world. In: MOREL, N.; PALIER, B.; PALME, J. (Eds.). **Towards a social investment welfare state? Ideas, policies and challenges**. Policy Press, 2012. p. 91-116.

NOLAN, Brian. What use is 'social investment'? **Journal of European Social Policy**, v. 23, n. 5, p. 459-468, 2013.

OCDE. Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico. **Society at glance**. 2014.

PEROTTI, Roberto. Growth, income distribution, and democracy: what the data say. **Journal of Economic Growth**, v. 1, n. 2, p. 149-187, 1996.

PERSSON, Torsten; TABELLINI, Guido. Is inequality harmful for growth? **The American Review**, v. 84, n. 3, p. 600-621, 1994.

PIACHAUD, David. Social protection, redistribution and economic growth. **Development Southern Africa**, v. 30, n. 1, p. 24-38, 2013.

POPA, Florina. Aspects concerning endogenous growth in the macroeconomic theories. **Economics, Management and Financial Markets**, v. 11, n. 1, p. 231-243, 2016.

PUTNAM, Robert. Bowling alone: America's declining social capital. **Journal of Democracy**, v. 6, n. 1, p. 65-78, 1995.

PUTNAM, Robert; LEONARDI Robert; NANETTI Raffaella. **Making democracy work**: civic traditions in modern Italy. Princeton University Press, 1993.

RANIS, Gustav; STEWART, Frances; RAMIREZ, Alejandro. Economic growth and human development. **World Development**, v. 28, n. 2, p. 197-219, 2000.

SAINT-PAUL, Gilles; VERDIER, Thierry. Education, democracy and growth. **Journal of Development Economics**, v. 42, n. 2, p. 399-407, 1993.

SALIDO, Joaquim Marcos; BELLHOUSE, Tom. Economic and social upgrading: definitions, connections and exploring means of measurement. **Economic Commission for Latin America and the Caribbean (ECLAC)**, 2016.

SANT'ANNA, José Mário Bispo. **Efeito do gasto público sobre o PIB**: um teste empírico nos municípios do Estado do Espírito Santo. 2006. 58 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Contábeis) – Fundação Instituto Capixaba de Pesquisas em Contabilidade, Economia e Finanças (FUCAPE), Vitória (ES), 2006.

SHERA, Adela; DOSTI, Bernard; GRABOVA, Perseta. Corruption impact on economic growth: an empirical analysis. **Journal of Economic Development, Management, IT, Finance and Marketing**, v. 6, n. 2, p. 57-77, 2014.

SILVA, Soraia Santos da; TRICHES, Divanildo. Uma nota sobre efeitos de gastos públicos federais sobre o crescimento da economia brasileira. **Revista Brasileira de Economia**, v. 68, n. 4, p. 547-559, out./dez. 2014.

SOARES, Fábio Veras; RIBAS, Rafael Perez; OSÓRIO, Rafael Guerreiro. Evaluating the impact of Brazil's Bolsa Familia: Cash transfer programs in comparative perspective. **Latin American Research Review**, v. 45, n. 2, p. 173-190, 2010.

TRANSPARENCY INTERNATIONAL. **Corruption perception index**. 2016. Disponível em: <www.transparency.de/documents/cpi/index.html>. Acesso em: 8 maio 2016.

WEAVER, R. Kent. **Ending welfare as we know it**. Brookings Institution Press, 2000.

WELCH, Finis. In defense of inequality. **The American Economic Review**, v. 89, n. 2, p. 1-17, 1999.

WORLD BANK. **World Development Indicators-WDI**. 2016. Disponível em: <data.worldbank.org>. Acesso em: 7 maio 2016.

WORLD BANK GROUP. **Doing business database**. 2016. Disponível em: <www.doingbusiness.org/methodology/starting-a-business>. Acesso em: 8 maio 2016.